



CÂMARA MUNICIPAL DE PIAU - MINAS GERAIS

Ata da nongentésima nonagésima terceira (993^a) Reunião Ordinária de Vereadores, realizada no dia seis de Maio de dois mil e vinte e seis (06/05/2026) na Câmara Municipal de Piau, às dezessete horas, com tolerância de quinze minutos, presidida pelo Sr. Emiliano Resende de Carvalho, que iniciou a sessão. Feita a chamada registrou-se a presença na Câmara Municipal de Piau dos Vereadores Emiliano Resende de Carvalho, Pedro Pereira Monteiro Neto, Adriana de Souza Viana, Milton César de Oliveira e Castro, Carlos Roberto de Castilho, Vanessa Kneipp Rezende Oliveira, Nilmar dos Santos Paiva, Paulo Giovani Alvim da Silva e Gilson Oliveira e Castro. Iniciado o Pequeno Expediente, procedeu-se à apreciação da ata anterior, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade. Em seguida, foi realizada a apreciação dos requerimentos n° 148/2026 do vereador Pedro Pereira Monteiro Neto, n° 142, 144, 145, 147/2026 da vereador Paulo Giovani Alvim da Silva, n° 133 e 134/2026 da vereadora Adriana Viana de Souza, n° 138 e 139/2026 da vereadora Vanessa Kneipp Rezende Oliveira, n° 137 2026 do vereador Carlos Roberto de Castilho, n° 140 e 141/2026 do vereador Nilmar dos Santos Paiva e n° 135 e 136/2026 do vereador Milton César Lopes e Castro. Após a leitura, todos os requerimentos foram aprovados. Logo após, iniciou-se a Ordem do Dia, com a 2° Discussão do Projeto de Resolução n° 164/2026 que “dispõe sobre a alteração do art. 133 da Resolução 78/2015 e dá outras providências” e, sem nada a discutir, aconteceu a Votação do projeto. Em seguida, foi aprovado pela maioria. Após isso, o presidente Emiliano explicou que o vereador Milton César recorreu ao plenário após seu projeto de resolução sobre a ampliação do uso da tribuna livre receber parecer jurídico ilegal. Em resumo, esclareceu que, como a mesa diretora não assinou o projeto, o plenário decidiria, em votação, se ele teria tramitação ou não. Dessa forma, a maioria dos vereadores decidiram que o projeto deveria ser tramitado, sendo apenas os vereadores Paulo Giovani e o vereador Pedro desfavoráveis a tramitação. Nesse sentido, este primeiro se justificou afirmando que, sendo o parecer jurídico ilegal, não achava que o projeto deveria tramitar, enquanto o outro argumentou que esse projeto seria de prerrogativa da mesa, a qual o vereador Milton não faz parte. Após isso, o vereador Pedro lembrou que foi realizada uma reunião na semana anterior e que foi decidido que o projeto não seria apresentado. Ainda, disse que foi a favor do projeto, mas deveria ser proposto pela mesa. Além disso, o vereador Paulo Giovani reafirma que sua posição segue o Regimento Interno. O presidente Emiliano respondeu que também estaria seguindo o Regimento, pois no Regimento diz que quem interpreta o o regimento interno é o Presidente e está de acordo que o Plenário é soberano e irá decidir em





CÂMARA MUNICIPAL DE PIAU - MINAS GERAIS

votação. Após isso, foi realizada a Apresentação do Projeto de Resolução nº 165/2026 que “altera a redação do artigo 35, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Piauí, para dispor sobre a frequência e o uso da Tribuna Livre”. Em seguida, foi votado em plenário para decidir se o outro Projeto de Resolução, de autoria do vereador Milton César, seria tramitado, visto que esse projeto estaria com o parecer jurídico ilegal. Assim, o presidente Emiliano explicou que o referido projeto trata-se da modificação da eleição para a mesa diretora. Dessa forma, a maioria dos vereadores votaram para tramitar o projeto, sendo os vereadores Paulo Giovani e Pedro contra. Nesse sentido, o vereador Paulo Giovani utilizou a mesma justificativa da votação anterior, enquanto o vereador Pedro reafirmou sua indignação pela tramitação de um projeto com parecer jurídico ilegal, visto que se tratava de uma atribuição da mesa diretora. Ainda, afirmou que os vereadores queriam isolar um partido, visto que o referido projeto retiraria o segundo secretário. Além disso, disse que era a favor do projeto da tribuna, mas partindo da Mesa. Assim, o vereador Emiliano disse que, ao ser eleito presidente da câmara, decidiu que seria o mais democrático possível e sempre que possível a maioria decidiria em votação sobre assuntos que desrespeito ao andamento da Câmara. Por sua vez, o vereador Pedro afirmou que estaria surpreso pelo vereador Gilson votar a favor. Em seguida, foi realizada a Apresentação do Projeto de Resolução nº 166/2026 que “modifica o §3º e o §4º do artigo 12 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Piauí, dispondo sobre a eleição da Mesa Diretora”. Após isso, foi realizada a 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 546/2026 que “dispõe sobre a criação da Praça de Alimentação no Parque de Exposição do Município de Piauí/MG, autoriza a cessão onerosa de uso das barracas a comerciantes locais, mediante processo licitatório, e dá outras providências”. Sem nada a discutir, o projeto foi votado e aprovado pela maioria. Em seguida, foi realizada a primeira discussão do projeto de Lei nº 548/2026 que “dispõe sobre a regulamentação da cessão de uso de terrenos e gavetas no cemitério municipal de Piauí/MG, e dá outras providências”. Por fim, o presidente Emiliano relatou que, por equívoco, votou no requerimento nº 144/2026. Após isso, iniciou-se a Palavra Livre dos vereadores. Com a palavra, a vereadora Adriana desejou boa-noite a todos e agradeceu aos parlamentares que votaram favoravelmente ao projeto referente à cessão de uso oneroso das barracas destinadas aos comerciantes





CÂMARA MUNICIPAL DE PIAU - MINAS GERAIS

locais, mediante processo licitatório, e destacou que a iniciativa beneficiaria os comerciantes de Piau e contribuiria para o desenvolvimento do município. Ressaltou, ainda, que feiras semelhantes já ocorriam em cidades vizinhas, como Rio Pomba e Tabuleiro, além de estarem previstas para Coronel Pacheco. Em seguida, encaminhou requerimento à Secretaria de Obras solicitando o reparo dos bloquetes localizados em frente à Igrejinha do Rosário, em razão dos transtornos causados pelas pedras soltas durante os períodos de chuva. Por fim, convidou a população e as mães do município para participarem da Festa do Dia das Mães, realizada sábado, na comunidade da Ponte. Com a Palavra, o vereador Carlos desejou boa-noite a todos e parabenizou Adriana pelo projeto apresentado e relatou que já havia participado de feiras realizadas em outras cidades, destacando a importância dessas iniciativas para o município. Em seguida, convidou a população para a Festa das Mães, realizada na comunidade da Ponte, e parabenizou todas as mães pela data comemorativa, representadas, em plenário, pelas vereadoras Adriana e Vanessa. Com a palavra, a vereadora Vanessa desejou boa-noite a todos e solicitou à Secretaria de Cultura mais ações para a Festa da Banana em valorização aos produtores rurais e artesãos do município. Destacou que a festividade, embora tradicional e representativa da produção local, teria se tornado voltada principalmente aos shows e visitantes, deixando os produtores em segundo plano. Sugeriu, assim, a realização de atividades específicas, especialmente na quinta-feira do evento, com o objetivo de exaltar os produtores e artesãos locais, promovendo maior reconhecimento e valorização de seus trabalhos. Ressaltou, ainda, que muitos expositores estariam desmotivados devido à baixa participação da população nas barracas durante a festa. Ademais, informou que participou de reunião com representantes da faculdade Unifecaf, ocasião em que discutiram possível parceria para oferta de descontos em cursos superiores e técnicos à população do município, sem custos para a Prefeitura. Comunicou, também, que seria organizada a vinda de representantes da instituição à cidade para apresentação dos cursos e das bolsas de desconto disponíveis à população. Com a palavra, o vereador Nilmar desejou boa-noite e solicitou à Prefeitura a manutenção de um muro e de um buraco localizado na Rua Joaquim Leonel, próximo à residência do senhor Adelino, destacando que, em períodos de chuva, a água estaria descendo pelo passeio e invadindo a residência, podendo causar





CÂMARA MUNICIPAL DE PIAU - MINAS GERAIS

prejuízos, especialmente após as obras de acessibilidade realizadas no local. Em seguida, solicitou a instalação de um mata-burro na localidade da Boa Vista, próximo ao sítio do Duzim, devido aos transtornos causados pela porteira frequentemente deixada aberta, permitindo a saída de gado para a estrada e propriedades vizinhas. Além disso, pediu agilidade no patrolamento das estradas rurais, ressaltando a importância de realizar os serviços enquanto o solo ainda apresentava umidade, garantindo maior qualidade e durabilidade das estradas. Por fim, relatou que recebeu da Secretaria de Cultura a ata da escuta pública referente à aplicação dos recursos da Lei Aldir Blanc de 2025 e afirmou ter encontrado inconsistências no documento. Informou que a ata continha a assinatura de 24 participantes, dos quais 15 seriam artesãos, e questionou o fato de terem aprovado destinação de recursos para a gastronomia, apesar de, segundo sua análise, não haver menção aos artesãos no conteúdo da ata. Comparou o documento com a ata do ano de 2024, destacando que a anterior continha assinaturas ao final do texto, enquanto a de 2025 apresentava apenas uma lista de presença anexada. Ainda mencionou uma reunião da qual participou juntamente com outro vereador, utilizando o exemplo para demonstrar preocupação quanto à possibilidade de listas de presença serem vinculadas posteriormente a conteúdos não discutidos pelos participantes. Por fim, solicitou que a situação fosse investigada, diante da suspeita de possíveis irregularidades no documento. Nesse sentido, o vereador Carlos respondeu que os presentes optaram por assinar a ata posteriormente. Ressaltou, ainda, que já havia sido assinada a lista de presença, de modo que os participantes assumiriam a responsabilidade de ler a ata antes de efetuar a assinatura definitiva. Por sua vez, o vereador Nilmar perguntou aonde estariam as assinaturas dessa ata. Assim, o vereador Carlos disse que as pessoas presentes leriam a ata antes de assina-la. A seguir, informou que recebeu fotos da reunião que registraram a presença de 16 pessoas, enquanto a lista de presença anexada à ata indicaria 23 participantes, o que, segundo ele, gerou inconsistência entre os registros. Assim, questionou a divergência entre o número de assinaturas e o número de pessoas efetivamente presentes, comparando ainda com a ata do ano anterior, na qual as assinaturas constavam ao final do documento. Afirmou estar confuso diante das informações e relatou ter recebido manifestações de outras pessoas que também não concordaram com a forma de registro adotada. Por





CÂMARA MUNICIPAL DE PIAUÍ - MINAS GERAIS

fim, declarou que pretende encaminhar o caso ao Ministério Público Federal, por se tratar de recursos de origem federal, em razão das suspeitas levantadas quanto à regularidade da ata e da lista de presença. Dessa forma, o presidente Emiliano sugeriu que, antes do encaminhamento de qualquer denúncia ao MP, os fatos fossem melhor apurados pela própria Câmara Municipal, a fim de evitar equívocos. Propôs a realização de uma reunião interna com a presença de todos os participantes da escuta pública, da secretária de Cultura e demais envolvidos, para leitura e esclarecimento da ata, bem como confirmação de que os presentes tinham ciência do conteúdo assinado. Ainda, defendeu que a medida garantiria maior transparência e evitaria contradições ou “disse me disse” entre os relatos. Com a palavra, o vereador Giovani desejou boa-noite a todos e solicitou o envio de ofício ao DERMG requerendo informações, visto que iniciaram a manutenção das estradas do município, porém os trabalhos não foram concluídos, tendo as funcionários deixado o local sem justificativa apresentada. Diante disso, foi solicitado ao DERMG esclarecimento acerca dos motivos da paralisação do serviço, bem como informações sobre eventual retomada e conclusão das intervenções na referida estrada. Além disso, foi solicitado o encaminhamento de ofício para nova visita do Secretário de Obras ao muro localizado no Bairro do Rosário, próximo à residência do Maciel, tendo sido registrado agradecimento pelos serviços realizados no local. Contudo, foi apontada a necessidade de elevação da proteção lateral do muro, em razão do risco de acidentes, sugerindo-se a construção de mais carreiras de bloco ou outra medida de segurança adequada. Ainda, reforçou o pedido do vereador Nilmar para instalação de mata-burro na região da Boa Vista, próximo ao terreno do Duzim, diante da solicitação feita pelo proprietário local. Além disso, informou que a Prefeitura estaria fazendo o levantamento para aquisições de mata-burros. Em seguida, disse que foi lido requerimento solicitando a limpeza da estrada de acesso ao Córrego e que, segundo o prefeito, a limpeza dos barrancos e a roçada das laterais seriam realizadas na semana, ficando a manutenção da ponte condicionada à chegada de dois túbulos. Nesse sentido, o vereador Milton César afirmou que há um mata-burro não-utilizado na Vargem Grande. O vereador Giovani lembrou que havia solicitado anteriormente um requerimento sobre a revisão dos mata-burros do município. Com a palavra, o vereador Gilson desejou boa-noite e





CÂMARA MUNICIPAL DE PIAU - MINAS GERAIS

solicitou o encaminhamento de ofício para providenciar o desencostamento do Córrego ao lada na estrada de acesso ao Cupim, em frente à residência do senhor Laerte, tendo sido relatado que o referido córrego estaria comprometendo a via. Foi ressaltada a necessidade de intervenção urgente para evitar a deterioração da estrada. Com a palavra, o vereador Pedro desejou boa-noite e requereu a cópia da licitação do processo administrativo nº 25/2025, 32/2026 e 31/2026. Em seguida, reafirmou sua indignação com o projeto de resolução 166/2026 e com o voto favorável do vereador Gilson. Por fim, abordou a viagem à Brasília que será feita futuramente por alguns vereadores. O vereador Emiliano, por sua vez, esclareceu em plenário que a Marcha dos Vereadores, realizada anualmente em Brasília, contará com a participação dos vereadores Carlos, Gilson e dele, ressaltando que, no ano passado, apenas as vereadoras Adriana e Vanessa compareceram. Neste contexto, o vereador Pedro manifestou forte oposição à participação de vereadores na Marcha, sob o argumento de que o município não suportaria tais despesas e de que não haveria retorno prático para a população, sendo criticados os gastos. Destacou, ainda, que o município enfrenta dificuldades financeiras, incluindo dívidas, precatórios e demandas em áreas essenciais como saúde e serviços públicos. Além disso, defendeu que o papel dos vereadores deveria se concentrar na fiscalização e cobrança do Executivo, com questionamentos sobre a necessidade de viagens e sobre o volume de gastos com diárias tanto do Legislativo quanto do Executivo. Com a palavra, o vereador Emiliano desejou boa-noite a todos e defendeu a necessidade de capacitação contínua dos parlamentares para o exercício do mandato, especialmente para a análise e aprovação de projetos, afirmando que a formação e o aperfeiçoamento não seriam gastos, mas investimentos na representação do município. Assim, argumentou que as viagens a Belo Horizonte e Brasília teriam como finalidade a busca de recursos e articulações políticas, citando as emendas e os benefícios já destinados ao município por meio dessas agendas. Além disso, reforçou que a atuação dos vereadores deve ir além das atividades internas da Câmara, incluindo a busca ativa de recursos junto a parlamentares e órgãos públicos. Dessa forma, o vereador Pedro continuou discordando dos argumentos apresentados sobre capacitação e viagens. Nada mais havendo é encerrada a sessão e lavrada a presente ata.





CÂMARA MUNICIPAL DE PIAU - MINAS GERAIS

EMILIANO RESENDE DE CARVALHO

Presidente da Câmara Municipal
Vereador - MDB

ADRIANA VIANA DE SOUZA

1º Secretária
Vereadora - PP

Câmara Municipal de Piau - MG - Gabinete do(a) Vereador(a) - Rua
Constança de Castro, nº: 100, 36157-000
e-mail: camaramunicipaldepiou@yahoo.com.br - Tel.: 3232541131

